

Greve pára delegacias e IML

MATHEUS MACHADO
E RENATO ALVES
DA EQUIPE DO CORREIO

No primeiro dia de greve da Polícia Civil do Distrito Federal, delegacias fecharam as portas, investigações foram interrompidas e ocorrências de menor gravidade deixaram de ser atendidas. A paralisação vai causar mais danos hoje. As visitas no sistema penitenciário estão suspensas pela Secretaria de Segurança Pública. Os 7 mil detentos dos presídios Feminino e da Papuda ficarão sem ver os familiares pelo menos até o fim da paralisação dos agentes.

Nas delegacias do DF, muitas vítimas de assaltos e acidentes não receberam atendimento. Os poucos agentes que trabalharam tinham a resposta na ponta da língua: "Estamos em greve. Venha quando a paralisação acabar". O técnico de suporte Artur Kaiser, 21 anos, não registrou ocorrência. Assaltado na 307 Norte ontem à tarde, ele perdeu R\$ 400 e o aparelho de celular. Ao chegar à delegacia da região (2ª DP), sequer sentou na cadeira em frente ao balcão. Recebeu o aviso de que a Polícia Civil estava em greve. "Não sabia de nada. Agora vou esperar não sei quanto tempo para prestar queixa", disse, sem esconder a revolta.

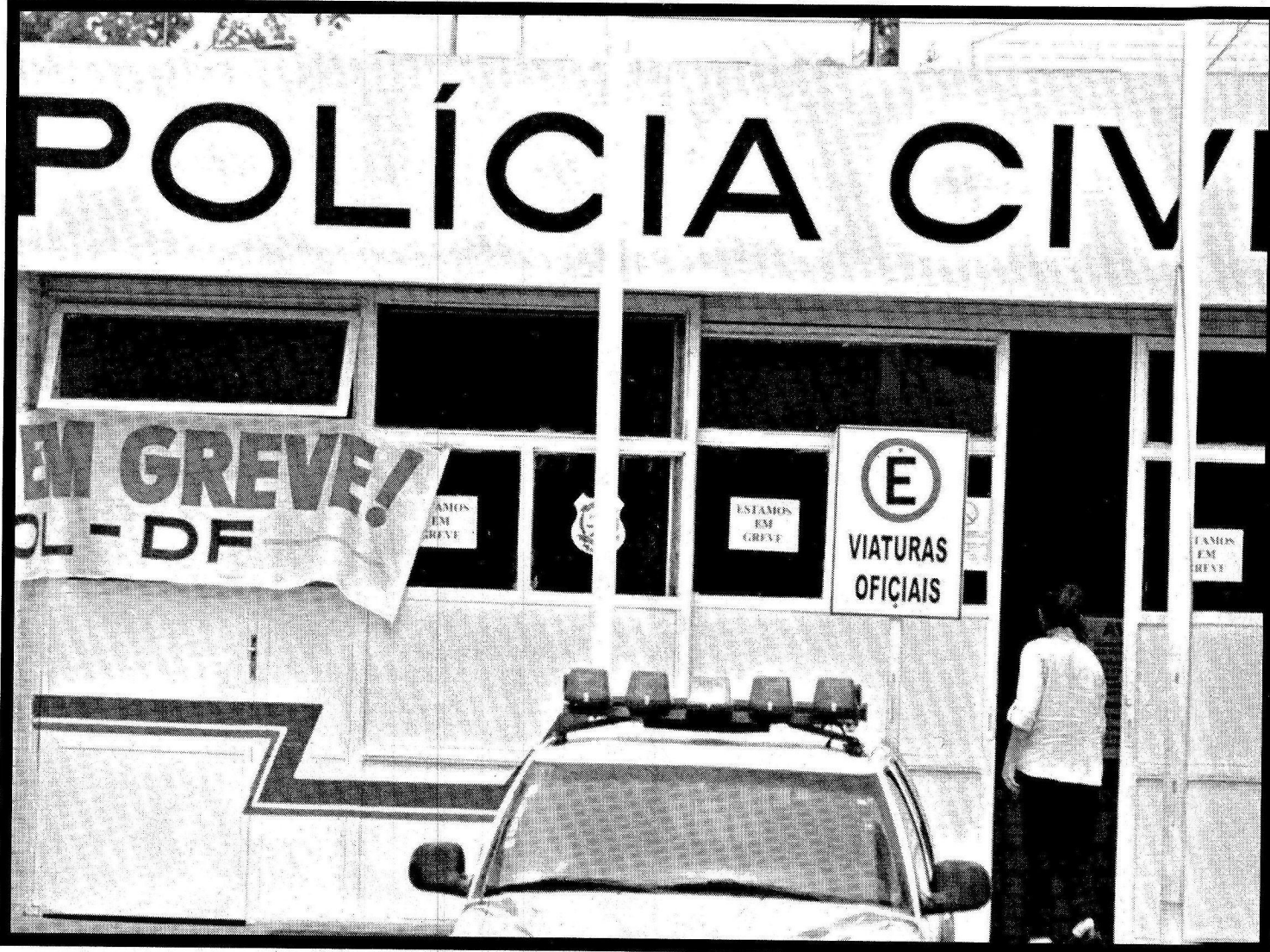
As portas da 2ª DP ficaram entreabertas durante todo o dia. A delegacia, que registra uma média de 70 ocorrências diárias — fora os acidentes sem vítima —, até as 18h não aceitou nenhum novo caso. O último foi o furto de um carro, às 23h15 de segunda-feira, 45 minutos antes do começo da greve.

Delegacia com maior número de ocorrências no DF — média de 80 por dia —, a 1ª DP, na Asa Sul, amanheceu com as portas praticamente fechadas. No começo da tarde, funcionários do Instituto Candango de Solidariedade assumiram o balcão. Mas, como não podem desempenhar a função de policiais, eles se restringiam a receber os formulários das queixas de acidentes de trânsito sem vítima e extravios de documentos e outros pertences.

O delegado-chefe da 1ª DP, Antônio Cavalheiro Filho, não escondeu a insatisfação com a paralisação. Mas garantiu que os quatro delegados e os chefes de seção da delegacia conseguiram manter o andamento normal do trabalho. "Se eles (agentes) não querem fazer, eu faço", afirmou Cavalheiro.

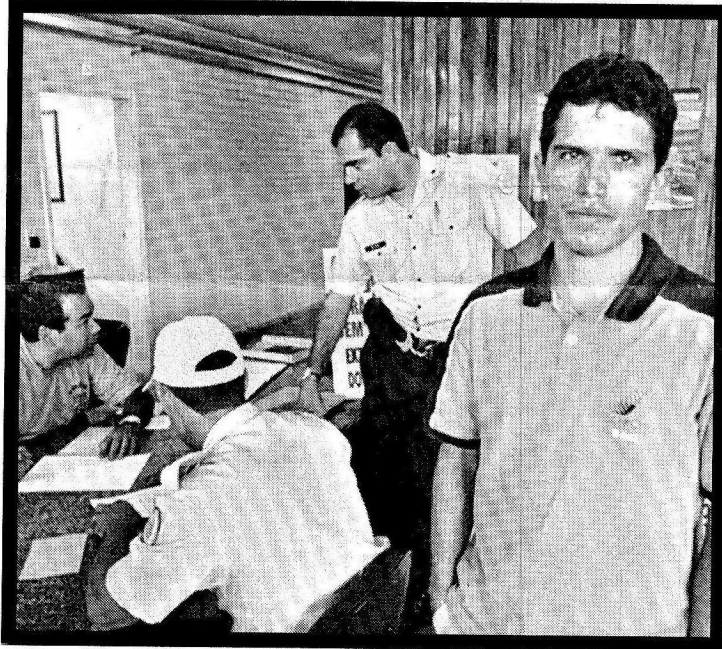
Na delegacia de Ceilândia Centro (15ª DP), o posto de atendimento às mulheres vítimas de violência ficou fechado o dia inteiro, assim como o de identificação, que confecciona carteiras de identidade. "Eu precisava tirar a segunda via da carteira para tentar arrumar emprego", lamentou Wanderson Rodrigues da Cunha, 22. Candidato à vaga de entregador de compra em um supermercado da Ceilândia, ele saiu de casa no começo da

Ronaldo de Oliveira



A 2ª DELEGACIA DE POLÍCIA ATENDE UMA MÉDIA DE 70 CASOS POR DIA. ONTEM, ATÉ O COMEÇO DA NOITE, NÃO HAVIA REGISTRADO NENHUMA OCORRÊNCIA: PORTAS FECHADAS

Edilson Rodrigues



ARTUR KAISER FOI ASSALTO NA ASA NORTE, MAS NÃO PÔDE DENUNCIAR O CRIME

manhã só para fazer o documento, sem saber da paralisação da polícia

Somente um agente ficou no balcão da 15ª DP para registrar eventuais crimes hediondos que ocorressem na região. Até o começo da noite, nenhum caso chegou ao conhecimento da delegacia. O mesmo procedimento foi adotado pelos agentes da delegacia do Setor O (24ª DP).

Sem perícia

A greve também afetou o Instituto de Medicina Legal (IML), onde um cartaz avisava da paralisação. Os funcionários recolheram apenas cadáveres em via pública e residências. Eles decidiram não atender casos em hospitais. No posto policial do

Hospital de Base — o maior do DF — não foi registrada nenhuma morte até as 20h. O IML também não recebeu chamada até esse horário.

Os funcionários do IML suspenderam ainda as perícias médicas em vítimas de acidentes de trânsito e casos de agressão. O atendimento ficou restrito às pessoas envolvidas em ocorrências de crime em flagrante. Apesar da greve, as duas equipes de plantão não foram reduzidas. Os corpos foram liberados normalmente após as autópsias.

O Instituto de Criminalística também reduziu serviços. Houve apenas perícias e exames necessários aos casos de flagrantes e ocorrências envolvendo vítima fatal no local do crime ou

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL DPC - 19ª DELEGACIA POLICIAL/CEILÂNDIA

1 - proceder ao recolhimento de armas e algemas acauteladas a servidor que se declare em greve, remetendo as DRM/DAG;

2 - impedir que os policiais que se declare em greve, façam uso de equipamento e viaturas pertencentes à PCDF, devendo entregar as chaves das mesmas;

CUMPRE-SE

Tânia Maria de O. D. Soares
Delegada Chefe
Em exercício

DELEGADA TITULAR DA 19ª DP PROIBIU GREVISTAS DE USAR ARMAS E VIATURAS

acidente. Das sete equipes que compõem o plantão diário, apenas três trabalharam.

Sem armas

Segundo o presidente do Sinpol, Wellington Luiz, a greve paralisou 60% dos 5,2 mil policiais civis. "Nós estamos sendo até razoáveis nesse primeiro momento. Se o governo não acatar nossas exigências, vamos parar tudo", garante.

Em apenas uma das 27 delegacias circunscricionais, os policiais de plantão atenderam todas as ocorrências normalmente ontem. A delegada Tânia Maria Soares, titular da 19ª DP (P

Norte), emitiu uma ordem de serviço impedindo os grevistas de usar armas, algemas e viaturas. Ela proibiu ainda os policiais de entrar na DP. A delegada recebeu a equipe do *Correio*, mas pediu para as declarações não serem publicadas.

O secretário de Segurança Pública, Athos Costa de Faria, não quis dar entrevista ontem. A assessoria de comunicação do órgão limitou-se a enviar fax informando sobre a suspensão das visitas no sistema penitenciário enquanto durar a greve dos policiais civis. Foi prometida a compensação de visitas em outro dia.

Dinheiro do próprio caixa

O governador Joaquim Roriz promete pagar hoje as oito parcelas de anuênios atrasados que foram o estopim para os policiais civis decretarem greve. "Vou conversar com eles (policiais) amanhã. Estou aguardando a transferência de recursos do governo federal para pagá-los. Se o governo não transferir, eu vou pagar com recursos do GDF", afirmou o governador, ontem, após reunião com o ministro do Planejamento, Guido Mantega.

A assessoria do Ministério do Planejamento informou apenas que o dinheiro depende do Ministério da Fazenda, que até o fechamento da edição não havia dado uma posição. O governador também tenta marcar uma audiência, possivelmente hoje, com o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, para tratar do assunto.

Já o secretário da Fazenda do DF, Valdivino de Oliveira, disse que estudará de onde sairá o dinheiro para pagar os policiais, caso o governo federal não mande a verba. "Quarta (hoje) ou quinta-feira o dinheiro será depositado. Vamos ter de alocar os recursos e isso a gente vai fazer na hora certa."

Os policiais civis cobram o resíduo do anuênio — gratificação por tempo de serviço — entre os anos de 1995 e 2000. Eles aceitaram dividir o benefício em 66 parcelas. Em dezembro, os contracheques dos policiais vieram com oito parcelas de um vez. Mas o dinheiro não foi depositado, o que motivou a greve.

O presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do DF (Sinpol), Wellington Luiz de Sousa, afirmou que a greve pode continuar mesmo após o governo pagar os anuênios atrasados. Segundo ele, a principal reivindicação da categoria agora é a equiparação da gratificação intermediária com a Polícia Federal. "Temos esse direito desde o 1º de janeiro do ano passado. O não pagamento dos benefícios foi só o estopim da crise."

Caso a equiparação seja aceita pelos governos federal e local, os salários dos policiais civis sofrerão um reajuste de 9,35%. O rendimento mais baixo da instituição hoje é de R\$ 3.577 (agente de 2ª classe). O mais alto (delegado especial) é R\$ 8.240.

COLABORARAM ANA MARIA CAMPOS E ANDRÉ GARCIA